

CEDI - P.I.B
DATA 20, 10, 92
COD. I4D 00039

P R O G R A M A T R I E N A L

O P A N

1 9 9 3 - 1 9 9 5

PROGRAMA TRIENAL DA OPAN 1993-1995

Índice

I. INTRODUÇÃO	1
II. OBJETIVOS E METAS	2
III. A QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZONIA	4
IV. AS LINHAS DE AÇÃO DA OPAN	10
V. PLANO DE TRABALHO DA COORDENAÇÃO	14
1. Formação	14
2. Acompanhamento aos Projetos de Trabalho	16
3. Finanças e administração	17
4. Documentação e comunicação	18
5. Secretaria	19
6. Política indigenista e ambiental	19
7. Reforma da sede e equipamentos	20
8. Assembléia Geral	21
VI. PROJETOS DE TRABALHO	22
1. Projeto Kulina	22
2. Projeto Canamari	23
3. Projeto Katukina	23
4. Projeto Zuruaha	23
5. Projeto Tapauá	24
6. Projeto Pauini	24
7. Projeto Kawahib	24
8. Projeto Aripuanã	25
9. Projeto Enawene-Nawe	25
10. Projeto Educação Indígena em Mato Grosso	25
11. Projeto Roraima	26
12. Projeto Amambai	26
VII. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	27
1. Assembléia Geral	27
2. Conselho Fiscal	27
3. Comissões Temáticas	27
4. Reuniões Temáticas	27
5. Assessorias	27
6. Visitas de acompanhamento	28
7. Relatórios anuais de atividades e prestação de contas	28
8. Seminário interno da Coord. Nacional	28
VIII. PREVISÃO ORÇAMENTARIA 1993-1995	29
1. Coordenação Nacional	30
2. Projetos de Trabalho	32
3. Orçamento Global da OPAN	36
ANEXO	
- Mapa	40

I. INTRODUÇÃO

Através deste Programa a OPAN - Operação Anchieta procura articular e coordenar sua ação indigenista, definindo estratégias e estabelecendo as metas a serem atingidas, no triênio 1993-1995, a partir de uma análise da atual conjuntura da questão indígena na Amazônia brasileira. Como objetivos, o Programa busca contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, através de sua organização e participação, e reforçar a capacidade operacional da OPAN. Neste sentido, o programa contempla os trabalhos a serem executados pela Coordenação Nacional e oferece um resumo dos Projetos de Trabalho previstos.

O Programa Trienal 1993-1995 está orçado em Us\$ 1.238.437,00 (um milhão duzentos e trinta e oito mil quatrocentos e trinta e sete dólares), sendo Us\$ 244.560,00 (duzentos e quarenta e quatro mil quinhentos e sessenta dólares) relativos aos custos da Coordenação Nacional. Com isso, estão fixadas as metas orçamentárias para as solicitações de recursos financeiros para a Coordenação Nacional e os Projetos de Trabalho.

Para alcançar os objetivos e programas aqui traçados, será imprescindível a colaboração de entidades e organizações voltadas à questão indígena, bem como o apoio das agências de cooperação.

OPAN - Operação Anchieta
Av. Ipiranga, 97
Bairro Goiabeiras
Caixa Postal 615
78.001 CUIABA - MT (Brasil)
Fone: (065) 322-2980

II. OBJETIVOS E METAS

O programa a ser desenvolvido pela OPAN, a partir das linhas de ação definidas pela entidade, busca contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas e garantia dos seus territórios, favorecendo sua organização e participação na solução de seus problemas. Para isso, a OPAN dinamizará sua capacidade operacional, ampliando seus quadros e reforçando sua infraestrutura.

São objetivos gerais do programa:

1. Apoiar os povos indígenas e colaborar para sua autonomia e sobrevivência física, étnica e cultural, através de serviços diretos;
2. Favorecer o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, em particular à sua organização social e à demarcação de suas terras;
3. Capacitar pessoal especializado para o trabalho indigenista;
4. Associar a questão indígena à defesa dos direitos humanos e às lutas ecológicas.

Para alcançar estes objetivos, o programa estabelece as seguintes metas:

1. Desenvolver 12 Projetos de Trabalho para beneficiar 19 povos indígenas, através de Equipes locais da OPAN localizadas no Norte e Centro-Oeste do país, contribuindo para sua organização, a defesa das terras, a economia, a educação e a saúde;
2. Articular redes locais de apoio à questão indígena e à preservação ambiental;
3. Coordenar e subsidiar a execução dos Projetos de Trabalho;
4. Executar um programa de planejamento, acompanhamento e avaliação dos Projetos de Trabalho;
5. Realizar 3 Assembléias Gerais da OPAN, para avaliar o andamento dos trabalhos e programar suas atividades;
6. Organizar um programa de reciclagem e formação permanente para 25 voluntários atualmente engajados em Equipes locais;
7. Selecionar e treinar 30 novos voluntários, oferecendo cursos de formação indigenista e estágios práticos e acompanhando seu engajamento nas Equipes locais;
8. Acompanhar e participar dos debates acerca da política indigenista, contribuindo para o reconhecimento dos direitos indígenas;

9. Informatizar o acervo documental (arquivos e biblioteca) e rotinizar o acesso e uso pelas Equipes locais e terceiros;

10. Viabilizar os recursos financeiros para a execução dos Projetos de Trabalho e demais programas e dotar de infraestrutura necessária a Coordenação Nacional e as Equipes locais.

III. A QUESTÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA

O contexto sócio-econômico da Amazônia brasileira vem se modificando rapidamente e em profundidade. O processo de ocupação recente da região tem acarretado, de maneira geral, a degradação das condições de vida das populações indígenas. As correntes migratórias vindas do Sul do país e os empreendimentos econômicos que, favorecidos por incentivos fiscais, se dirigiram para o Norte a partir da década de 70, provocaram a desarticulação da economia tradicional de inúmeras comunidades indígenas, o agravamento de doenças e epidemias e a devastação de seu meio ambiente.

De imediato, observa-se que o extrativismo baseado na extração da borracha, através do chamado sistema de "aviamento" que há cerca de um século predominava na Amazônia, tendo atravessado neste período vários ciclos de expansão e retração, parece estar agora definitivamente em colapso.

A economia extrativista que propiciou a ocupação de grandes extensões daquela região, operando mecanismos de produção e comércio singulares ("aviamento"), forjou neste processo histórico relações sociais e econômicas específicas e desiguais, subordinando seringueiros "freguezes" a seringalistas "patrões", através da troca de produtos aviltados por mercadorias encarecidas.

Certos indicadores evidenciam, nos últimos anos, a ruptura final deste sistema extrativista: a produção e comercialização de borracha diminuíram acentuadamente; os núcleos populacionais que ocupavam rios e igarapés estão desaparecendo; as sedes municipais, devido ao êxodo rural, multiplicaram várias vezes sua população; e Manaus, a capital do estado do Amazonas, sofre um processo de favelização crescente. Os seringalistas, marreteiros e regatões, que sustentavam o escoamento da produção e a comercialização de mercadorias, em sua maioria desativaram suas atividades mercantis pelos rios e igarapés, e alguns abriram lojas e supermercados nas cidades próximas. Com isso, os núcleos ribeirinhos remanescentes foram deixados em completo isolamento, sem condições de transporte ou de comunicação.

A depender dos Governos federal e estaduais, dada a atual política econômica recessiva, este quadro não será revertido. O Governo federal, há muitos anos, tem mantido em níveis muito baixos os preços pagos pela borracha nativa, dificultando sobremaneira a sobrevivência de seringueiros e ribeirinhos.

Trata-se, certamente, de uma crise geral que alcança igualmente as comunidades indígenas, uma vez que muitas delas foram enredadas e amoldadas pelo sistema extrativista, dentro do qual recompuseram estratégias e modo de vida. Em particular, os Kulina e Canamari no rio Juruá, os Apurinã, Jamamadi e Faumari no rio Purus e os Parintintin no rio

Madeira, são povos que, ao lado da economia tradicional de subsistência, dedicavam-se à extração de borracha e à coleta de castanha como meio de obter certos produtos industrializados que passaram a consumir (roupas, armas, munição, material de pesca, ferramentas, sal, óleo, medicamentos, combustível etc.). A derrocada do extrativismo, portando, sem dúvida afetará as condições de vida destas comunidades, colocando-as na contingência de rearticular suas fontes de subsistência diante da nova realidade.

Em termos macro-econômicos, a Amazônia estaria agora disponível a outras formas de exploração, entre as quais nota-se o avanço crescente das atividades minerais e madeireiras, que decididamente não irão absorver a mão-de-obra egressa dos seringais, pois utilizam maquinária pesada e poucos trabalhadores qualificados.

São fortes os vínculos entre os governos estaduais e as grandes empresas de mineração, expressando-se em posicionamentos contrários a uma política ambiental de manejo racional e preservação dos recursos naturais. E a extração em larga escala de madeira de lei, apoiada em facilidades fiscais concedidas pela SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e realizada por milhares de empresas madeireiras, com técnicas antiquadas e grande desperdício de matéria-prima, já devastou enormes extensões do Mato Grosso, Rondônia, Maranhão e Pará, e agora vem alcançando o interior do Amazonas, particularmente o alto Solimões e o Javari.

Já a pecuária, muito embora não seja recomendável para os ecossistemas da floresta amazônica, tem sido a principal responsável pelo crescente desmatamento, constatado em estudos e pesquisas de várias instituições. E nos últimos anos, vêm se consolidando as atividades voltadas à agroindústria, especialmente a monocultura da soja e da cana-de-açúcar nas áreas de floresta de transição e cerrados da região Centro-Oeste.

Neste contexto, vale assinalar a emergência dos chamados Grandes Projetos, de natureza estratégica, em sua maioria financiados através de empréstimos externos com o apoio dos bancos multilaterais, que estão possibilitando a criação de uma infraestrutura básica para viabilizar os investimentos empresariais e a exploração dos recursos naturais da região. Entre eles, destacam-se a Zona Franca de Manaus, o Projeto Calha Norte, o Projeto Carajás, o Plano 2010 (construção de hidrelétricas), o Prodeagro e o Planafloco (que substituíram o Polonoroeste) e, ultimamente, o Mercosul, que se concretizará a partir da ZPE de Cáceres, da hidrovia do Paraguai, da ferrovia Leste-Oeste e o acesso rodoviário para o Pacífico.

Ao lado disto, a Amazônia encontra-se cada vez mais envolvida pela rede internacional do narcotráfico, gerando violências de toda ordem e a cumplicidade de autoridades públicas. Incessante também, o contrabando de minerais

valiosos, principalmente do ouro e do diamante extraídos de garimpos irregulares e predatórios, disseminados pelo norte, leste e sul da região, vários deles incidindo em terras indígenas.

Em relação à política indigenista do Estado brasileiro, o quadro é de desassistência, omissão e mesmo conivência com interesses políticos e econômicos contrários aos interesses indígenas. Apesar da Constituição de 1988 ter reconhecido aos índios suas formas de organização sócio-cultural e a posse permanente das terras que habitam tradicionalmente e ter assegurado a proteção e a assistência da União aos seus direitos, até recentemente a FUNAI ainda protelava os processos de demarcação das terras indígenas e orientava suas ações por uma política "integracionista" e de "rentabilização" das áreas indígenas, cooptando lideranças indígenas e intermediando contratos de extração de madeira e minérios. Isto levou várias comunidades indígenas, especialmente do Mato Grosso, Rondônia e Pará, a interagirem com madeireiros, garimpeiros e mesmo narcotraficantes, ocasionando depredação ambiental e graves transtornos em seu modo de vida.

Em geral, a presença da FUNAI na Amazônia é bastante precária ou mesmo inexistente. O acirramento dos interesses minerais, aliada à concepção político-militar de segurança de fronteiras, consignados no Projeto Calha Norte, provocando disputas e conflitos com as populações indígenas do alto Solimões, rio Negro e Roraima, significou uma maior atuação da FUNAI nestas regiões, porém de forma negativa, intermediando e validando a construção de pistas de pouso, a negociação com empresas de mineração e a redução dos territórios indígenas.

Já na "calha sul" do rio Amazonas, formada pelos vales dos rios Juruá, Purus e Madeira, praticamente não existem postos ou equipes da FUNAI, que só assistem de maneira periférica a maior parte das comunidades indígenas que ali se localizam. Felizmente nesta região, com a derrocada dos seringais, até o momento os territórios e as comunidades indígenas ainda não enfrentam grandes pressões ou compulsões. Entretanto, embora de maneira incipiente, estão surgindo vários polos de migração e ocupação, a exemplo do município de Humaitá no sul do estado do Amazonas, cuja expansão poderá comprometer a integridade dos territórios indígenas e afetar a saúde e a vida da população indígena.

O processo de demarcação das terras indígenas, que segundo o dispositivo constitucional deveria estar concluído em 1993, apenas em 1991 ganhou algum impulso sob o impacto da próxima realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92). O Governo brasileiro reorganizou a FUNAI para agilizar os procedimentos de regularização fundiária das terras indígenas, e assim nestes dois últimos anos pouco mais de meia centena de "portarias de delimitação" foram emitidas. Porém, das 346 áreas indígenas existentes na Amazônia, 64

estão delimitadas, 101 estão homologadas e somente 62 foram completamente regularizadas (fonte: "Terras indígenas no Brasil", CEDI/PETI, 3/7/92).

E a despeito das formalidades legais que recentemente adotou, o Governo brasileiro não tem alocado os recursos financeiros necessários para efetivar a demarcação física das áreas já delimitadas, exceto em alguns poucos casos. Dentre estes, a demarcação da área Yanomami parece ter servido antes para efeitos propagandísticos do Governo Collor de Mello às vésperas da Rio-92, de maneira a satisfazer as denúncias e admoestações pelo descaso frente ao extermínio deste povo indígena pela invasão de garimpeiros e as epidemias daí decorrentes.

Vale salientar, por sua vez, iniciativas bastante promissoras tomadas por algumas comunidades indígenas de, elas próprias, demarcarem seu território, a exemplo dos Kulina (AM) e os Enawene-Nawe (MT). Estas iniciativas de "auto-demarcação" têm propiciado maior eficácia na organização das comunidades, bem como maior reconhecimento, vigilância e fiscalização de suas terras.

Na região amazônica contabiliza-se uma numerosa e significativa população indígena, se comparada ao total da população que habita a zona rural. Estima-se que nesta região estejam 138.935 indivíduos indígenas, reunidos em mais de uma centena de povos distintos, correspondendo a cerca de 58,9% da população indígena total no Brasil (dados CEDI, 1990). Além dos povos conhecidos e em contato com segmentos da sociedade nacional, há ainda 75 referências de grupos indígenas vivendo isolados. Por outro lado, existem inúmeros grupos indígenas desaldeados ou dispersos por toda a região, alguns deles erroneamente dados como extintos.

Fato alvissareiro, a década de 80 assistiu o surgimento de um forte movimento indígena na Amazônia, que além de assembléias de lideranças e reuniões diversas, produziu várias organizações indígenas de caráter mais amplo e permanente, a exemplo da UNI-Acre e Sul do Amazonas e da COIAB, propiciando maior autonomia e representatividade aos povos indígenas na solução dos problemas que enfrentam. Priorizando as comunidades e organizações de base e selecionando seus aliados e interlocutores, o movimento indígena vem se afirmando como o principal sujeito político no cenário indigenista, demonstrando grande combatividade na defesa dos direitos indígenas, seja para o reconhecimento de suas terras como também na mobilização e capacitação dos professores e agentes de saúde indígenas. Neste processo, várias entidades indigenistas e pastorais, em particular o CIMI - Conselho Indigenista Missionário, têm cumprido um papel importante, prestando apoio e assessoria às organizações indígenas em vários momentos.

Diante do quadro acima exposto, avaliamos ser urgente a definição e a regularização das áreas indígenas, bem como a articulação de alternativas econômicas viáveis para as comunidades indígenas, de maneira a melhorar suas condições

de vida. Caso não sejam tomadas providências antecipadas, o avanço e ocupação crescente da região amazônica por grandes empreendimentos econômicos e frentes migratórias poderá comprometer seriamente as possibilidades dos povos indígenas sobreviverem enquanto povos social e culturalmente diferenciados.

Em vista disso, a OPAN estabeleceu uma estratégia de ampliar sua atuação na região sul da Amazônia, de maneira a apoiar um maior número de comunidades indígenas, visando sua organização, iniciativas para demarcação de suas terras, estudo de alternativas econômicas, programas de educação e de saúde. Na "calha sul" as terras indígenas ainda estão indefinidas e as comunidades praticamente não tem qualquer assistência. Assim sendo, os Projetos de Trabalho a serem desenvolvidos, de forma articulada, procurarão instrumentar aquelas comunidades indígenas para enfrentarem, em melhores condições, o processo de expansão das fronteiras econômicas empreendido pela sociedade nacional.

Ao focar com prioridade a "calha sul", a ação da OPAN tentará adiantar-se, contribuindo para que as comunidades indígenas encontrem soluções próprias e mais permanentes, antes que estejam submetidas a compulsões maiores das frentes de expansão. Para isso, como consequência da estratégia traçada, além de reforçar os Projetos Kulina, Katukina, Zuruaha e Kawahib, serão constituídas nesta região novas Equipes para desenvolver os Projetos Canamari (rio Juruá-AM), Pauini (rio Purus-AM), Tapauá (rio Tapauá-AM) e Aripuanã (município de Aripuanã-MT). E, complementarmente, dois Projetos que aprofundarão questões específicas: em Mato Grosso, voltado ao acompanhamento e organização dos professores indígenas, e em Roraima, apoiando as organizações indígenas lá existentes.

Estamos convencidos de que os resultados positivos obtidos em programas demonstrativos realizados por entidades não-governamentais, ao lado dos efeitos concretos e organizativos, mesmo que beneficiando um número restrito de comunidades indígenas, sem dúvida servirão como exemplos a serem seguidos, de maneira a balizar a política indigenista governamental, revertendo-a em favor dos interesses indígenas.

Para concretizar estas metas, a OPAN precisará investir na formação de quadros especializados, bem como reciclar e atualizar os membros já engajados em Equipes locais. E, necessariamente, equipar melhor a Coordenação Nacional e os Projetos de Trabalho para o desempenho eficaz de suas atribuições.

E por fim, para alcançar seus objetivos, a partir da estratégia aqui traçada, a OPAN buscará firmemente aglutinar esforços com os movimentos e entidades populares que atuam nas várias regiões, conjugando trabalhos e encontrando formas de cooperação, bem como aliar a questão indígena a

outras reivindicações, como a defesa dos direitos humanos, as lutas ecológicas e as propostas para um desenvolvimento harmônico que responda aos interesses da maioria da população brasileira.

IV. AS LINHAS DE AÇÃO DA OPAN

A OPAN é uma entidade indigenista, fundada em 1969, que desenvolve Projetos de Trabalho junto a comunidades indígenas, em especial na região amazônica. Os membros da OPAN são técnicos de diversas profissões, que trabalham nos campos da saúde, educação, economia, defesa da terra e organização indígena. Eles estão organizados em Equipes locais para executar os Projetos e prestam um serviço direto e efetivo às comunidades indígenas. Atualmente a OPAN está composta por um total de 27 membros.

A metodologia de trabalho das Equipes privilegia a convivência e a participação no dia-a-dia das comunidades, procurando valorizar o seu modo próprio de vida e incentivar sua organização, em vista da superação dos seus problemas concretos. Os Projetos de Trabalho caracterizam-se pelo apoio e assessoria àquelas comunidades indígenas com as quais a OPAN assumiu um compromisso.

Com mais de 23 anos de serviços prestados a várias comunidades indígenas nas regiões Centro-Oeste e Norte, os Projetos de Trabalho da OPAN resultaram na garantia e demarcação de áreas indígenas, a implantação de programas de educação e de saúde exemplares e experiências que apontam alternativas econômicas para as comunidades indígenas. Constituíram, portanto, iniciativas que sinalizam possibilidades reais para muitas outras comunidades indígenas em todo o país.

Desde a sua fundação, a OPAN manteve uma preocupação fundamental com a seleção e formação de quadros para o trabalho indigenista. Através de cursos e estágios anuais, temos incorporado novos membros, engajando-os em Equipes locais, onde irão executar os Projetos de Trabalho. Através dos programas de seleção e formação oferecidos pela OPAN já foram capacitadas mais de 200 pessoas, muitas das quais ainda atuam, direta ou indiretamente, na questão indígena.

Em nível mais amplo, a OPAN contribuiu na discussão de questões relacionadas à política indigenista, a exemplo das propostas para a Constituição, para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e, mais recentemente, para o Estatuto do Índio que está em tramitação no Congresso Nacional.

Os órgãos de funcionamento da entidade são a Coordenação Nacional, o Conselho Fiscal, as Comissões temáticas e as Equipes locais. A Coordenação, formada por três coordenadores e contando com dois colaboradores e dois funcionários, com sede em Cuiabá/MT, tem como funções principais a representação da Entidade, o acompanhamento aos Projetos de Trabalho, apoiando técnica e politicamente as Equipes locais e o recrutamento, seleção e treinamento dos novos voluntários. Nos últimos anos, vem ganhando

importância crescente a manifestação da Coordenação nas questões que atingem as comunidades indígenas em Mato Grosso e sua participação junto aos demais movimentos e entidades populares do Estado.

O Conselho Fiscal, além de sua tarefa específica de fiscalização e controle financeiro, vem sendo solicitado para o acompanhamento da Coordenação e das Equipes, oferecendo apoio na aplicação dos recursos e prestação de contas, bem como para discutir formas de obtenção de financiamentos.

As Comissões temáticas, criadas pela Assembléia, funcionam como órgãos consultivos, para tratar de questões específicas, realizar estudos e pesquisas ou encaminhar diretrizes nos campos de atuação da entidade.

As Equipes locais, compostas por membros da OPAN em número de duas a quatro pessoas, executam os Projetos de Trabalho e articulam redes de apoio local às atividades. Cabe a elas elaborar o programa de trabalho, a proposta orçamentária, os relatórios e prestações de conta, bem como agendar as reuniões de planejamento e avaliação.

Como linha de ação básica, a OPAN pretende que, através da participação ativa e a organização da comunidade indígena, sejam discutidos os problemas concretos e buscadas as soluções a serem implementadas. Neste sentido, consideramos importante estimular e apoiar todas as formas de organização própria dos povos indígenas. Por sua vez, os Projetos de Trabalho procuram responder às dificuldades e interesses apresentados pelas comunidades indígenas, utilizando meios acessíveis e de acordo com a realidade local.

A garantia e demarcação das terras indígenas é condição essencial para a sobrevivência e reprodução social dos povos indígenas. Entretanto, frente à inoperância do Poder Público, torna-se necessário que as próprias comunidades indígenas tomem a iniciativa não só de reivindicar, mas também de resguardar seus próprios territórios. Nestes termos, os Projetos de Trabalho procuram colaborar para a demarcação das terras indígenas feita pelos próprios índios, e incentivam sua participação em todas as etapas do processo demarcatório, bem como nas medidas de vigilância e fiscalização. Ao lado disto, as Equipes locais levantam e divulgam informações sobre as terras indígenas e as ameaças à sua integridade.

No campo da educação, a alfabetização na língua materna e o ensino da matemática, para as comunidades indígenas, vem se tornando um importante instrumento para a defesa de seus direitos e a valorização de suas manifestações culturais. Os Projetos de Trabalho da OPAN enfatizam a formação dos professores indígenas e a participação ampla das comunidades no processo de educação formal.

Quanto à saúde, a gravidade das epidemias e doenças que afetam comumente a população indígena é geralmente um fator de depauperamento e crescente dependência de medicamentos alopáticos. Frente a este quadro, os Projetos de Trabalho priorizam a formulação de programas de "educação em saúde", a formação de agentes indígenas e a valorização da medicina nativa, buscando contribuir neste campo para uma maior autonomia das comunidades indígenas.

Quanto à economia, os povos da Amazônia foram duramente afetados pela falência do extrativismo e precisam, agora, encontrar outras alternativas para suprir suas necessidades. Os Projetos da OPAN crescentemente estão enfrentando este impasse, através do estudo das potencialidades naturais e possibilidades do mercado regional, discutindo com as comunidades programas de manejo de recursos naturais, a formação de viveiros de mudas de espécies nativas e outras espécies frutíferas e o incremento da produção agrícola para o consumo próprio. Contamos para isso com a colaboração de órgãos de extensão agrícola locais e de assessorias especializadas. Em casos de novas técnicas e práticas, toma-se como critério sua acessibilidade, adaptação ou adequação à cultura e ao modo de vida indígena, de maneira a evitar criar maiores dependências econômicas ou sociais.

Os Projetos de Trabalho articulam-se dentro de uma estratégia ampla e de cooperação entre as várias Equipes locais e a Coordenação Nacional. A definição de diretrizes claras, o acompanhamento e as avaliações periódicas, com a participação da Coordenação, vêm possibilitando um trabalho integrado e coerente. Em particular, o programa de acompanhamento e avaliação, levado a cabo pela Coordenação Nacional nos dois últimos anos, auxiliou decisivamente na elaboração e execução dos programas de trabalho das Equipes locais, e permitiu a consecução das metas e objetivos propostos.

Ao lado das visitas da Coordenação aos Projetos para acompanhamento e avaliação, as Assembléias Gerais anuais, as reuniões periódicas de planejamento e os encontros e seminários sobre temas específicos, têm no conjunto respondido pela vontade de manter um esforço de formação permanente dos membros da OPAN. Ao lado disto, a participação dos membros em cursos de saúde, análises laboratoriais, linguística, antropologia, educação e outros, bem como a contratação de assessorias especializadas, buscam atender a necessidades específicas dos Projetos de Trabalho onde atuam. Entretanto, avaliamos ser imprescindível a reciclagem e atualização permanente dos quadros da OPAN, capacitando-os para enfrentar os novos desafios da ação indigenista. Portanto, um programa de formação permanente será uma das prioridades para este próximo triênio.

Para a realização dos Projetos de Trabalho, é indispensável que as Equipes locais da OPAN construam uma rede de apoios locais, buscando congregiar pessoas e

entidades, como igrejas, regionais do CIMI, órgãos públicos, organizações indígenas, sindicatos e movimentos populares, no sentido de potencializar o trabalho junto às comunidades indígenas e ampliar a defesa e reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, em particular a garantia de suas terras. Ao lado disto, consideramos proveitoso a formação de equipes conjuntas entre entidades afins, através de convênios e acordos, definindo responsabilidades e recursos para a execução dos Projetos de Trabalho.

Para os próximos três anos, a OPAN estabeleceu como meta o desenvolvimento de 12 Projetos de Trabalho, sendo quatro na região Centro-Oeste e os demais na região Norte. Para isto, estamos firmando uma política mais agressiva de captação dos recursos financeiros necessários, buscando diversificar as fontes de financiamento e, ao mesmo tempo, agregar na medida do possível recursos locais, como pessoal técnico e infraestrutura já existente em órgãos públicos e outras entidades. Por outro lado, melhoramos o gerenciamento e controle financeiro, de forma a economizar e otimizar os recursos disponíveis.

Por fim, a informatização do Setor de Documentação, já organizado, possibilitará o acesso ao mesmo pelos membros e outros interessados. O acervo sobre os trabalhos da OPAN, sobre os povos indígenas e a Biblioteca são instrumental de apoio imprescindível para os programas de formação e reciclagem dos membros, bem como uma fonte valiosa de pesquisa e consulta para a análise e elaboração dos programas de trabalho e de intervenção da OPAN.

V. PLANO DE TRABALHO DA COORDENAÇÃO

A partir das metas estabelecidas para o conjunto da OPAN, a Coordenação Nacional priorizará a capacitação dos novos membros que irão compor as Equipes locais dos novos Projetos de Trabalho, a implementação do programa de formação permanente para os atuais membros e a viabilização dos recursos financeiros para os trabalhos propostos e a infraestrutura necessária para sede e para as Equipes. Ao lado disto, a Coordenação dará seguimento ao programa de acompanhamento e avaliação dos Projetos de Trabalho, com o intuito de articular as Equipes locais, assegurando diretrizes comuns, e alicerçar formas de cooperação e trabalho conjunto com entidades afins.

1. Formação

As metas estabelecidas neste programa trienal, através do qual se pretende ampliar a atuação da OPAN na região sul do Amazonas, exigirá um empenho maior na seleção e treinamento de novos membros, bem como a atualização dos atuais membros, capacitando-os para responder adequadamente às demandas dos Projetos de Trabalho.

O Setor de Formação, sob responsabilidade do Coordenador Técnico e contando com a colaboração de um assessor pedagógico, organizará a divulgação e seleção de candidatos, o Curso de Formação anual para os novos membros e o programa de formação permanente para os atuais membros, cumprindo as seguintes atribuições:

a) Divulgação:

As atividades de divulgação visam suscitar o interesse e a disposição de mais pessoas para o trabalho indigenista, destacando-se:

- produzir material informativo sobre o trabalho dos membros da OPAN (folhetos, notícias, etc.);
- ampliar os canais de divulgação (revistas, jornais, etc.), incluindo os meios populares, estudantis e sindicais;
- alimentar a rede de colaboradores, através de contatos e material informativo, multiplicando o alcance da divulgação e abastecendo com dados o processo de seleção.

b) Seleção:

Através do processo de seleção, etapa que merece toda atenção e empenho, busca-se reunir pessoas capacitadas e comprometidas com os objetivos da OPAN, que correspondam aos critérios de maioria, escolaridade (2º grau), qualificação profissional, saúde física e condições psicológicas, disposição para trabalho em equipe, disponibilidade mínima de três anos para serviço voluntário, conhecimento da realidade brasileira e da problemática indígena e participação anterior em trabalhos comunitários. Anualmente serão selecionados 10 candidatos para o Curso de Formação, utilizando-se os seguintes recursos:

- contatos e correspondência, enviando-se material informativo sobre a OPAN e bibliografia sobre a ação indigenista;
- visitas de membros da OPAN, coordenadores ou colaboradores;
- encontros com candidatos em Cuiabá, com a duração de dois dias, para conhecerem a OPAN e serem conhecidos;
- entrevistas individuais.

b) Curso de Formação

Consta de um currículo intensivo, com a duração de 8 meses (maio-dezembro), a ser realizado anualmente, oferecendo 10 vagas para os candidatos previamente selecionados. O Curso está dividido em 3 etapas, com uma avaliação participativa, ao final de cada etapa, verificando o aproveitamento e as condições dos estagiários passarem para a seguinte. O Curso de Formação compreende as seguintes etapas:

- Curso teórico, apresenta aos estagiários os conteúdos necessários para o trabalho indigenista, contando com a colaboração de assessorias especializadas provenientes de várias instituições de ensino e pesquisa e de outras entidades indigenistas. Realizado na sede em Cuiabá, distribui-se nos seguintes temas: Antropologia (2 semanas), Linguística (1 semana), Educação indígena (1 semana), Saúde (1 semana), Economia indígena (1 semana), História da Amazônia (1 semana), Política indigenista (1 semana), Legislação indigenista (1 semana), Dinâmica de grupo (1 semana), Treinamento de mato (1 semana) e OPAN e Projetos de Trabalho (2 semanas);

- Estágio prático, com a duração de 2 meses, leva o estagiário a acompanhar um Projeto de Trabalho e conhecer a realidade da comunidade indígena, sob o acompanhamento da Equipe local respectiva, recolhendo elementos de observação que serão analisados e reelaborados na fase seguinte.

- Oficinas de Trabalho, novamente em Cuiabá, com a duração de 7 semanas, nas quais, sob orientação de um assessor, serão complementados os conteúdos teóricos, particularmente relacionados às atividades e aos campos de atuação dos Projetos de Trabalho.

d) Programa de Formação Permanente

A formação permanente dos membros é uma das prioridades definidas para os próximos anos, em vista da necessidade de atualização e melhor capacitação dos mesmos para coordenar e executar as tarefas previstas nos Projetos de Trabalho. A compreensão das conjunturas local e nacional, o conhecimento profundo da situação e dinâmica das populações a serem beneficiadas e a reflexão contínua sobre a prática indigenista são condições imprescindíveis para se alcançar os objetivos propostos nos Projetos de Trabalho.

O programa de formação permanente a ser elaborado abrangerá tanto as atividades já rotineiras (Assembléia Geral, reuniões de avaliação e planejamento, visitas de acompanhamento, assessorias, etc.), como a participação de todos os membros em eventos complementares, que ampliem e disseminem a informação e a compreensão dos instrumentos teóricos e metodológicos.

Em vista disso, serão pautados cursos anuais destinados ao conjunto dos membros da OPAN, abordando sucessivamente nos próximos três anos os seguintes temas:

- a) Análise de conjuntura, metodologia, planejamento e avaliação dos Projetos de Trabalho;
- b) Teoria antropológica e etnologia brasileira;
- c) Política e legislação indigenista.

Além destes cursos anuais, serão programadas reuniões mais curtas (2 a 3 dias), contando com assessorias específicas, abordando os temas de educação, economia e saúde. Estas reuniões acontecerão nos dias subsequentes às Assembléias Gerais.

E dentro da especialidade de cada componente, as Equipes locais serão estimuladas e apoiadas a participarem de encontros, seminários e cursos oferecidos por órgãos públicos ou outras instituições.

2. Acompanhamento aos Projetos de Trabalho

O programa de acompanhamento aos Projetos de Trabalho objetiva apoiar e assessorar as Equipes locais e auxiliar na avaliação e planejamento dos trabalhos. Considerando as difíceis condições de trabalho na Amazônia e a exigência de uma ação eficaz e coerente com as linhas da OPAN, a execução deste programa pela Coordenação Nacional tem permitido:

- levantar dados e colaborar para uma avaliação qualitativa do andamento dos trabalhos;
- articular as Equipes entre si e com outras forças locais;
- planejar e traçar metas ajustadas aos objetivos dos Projetos;
- propor metodologias de trabalho, adequando as possibilidades das Equipes e os recursos disponíveis às demandas das comunidades indígenas;
- auxiliar na elaboração de projetos e estudar formas de financiamento.

O acompanhamento aos Projetos será realizado através de visitas de coordenadores, assessores ou outros membros da OPAN, com permanência mínima de 10 dias em área. Na ocasião, serão pautadas reuniões amplas com pessoas e entidades envolvidas no trabalho e reuniões específicas de avaliação e planejamento com a Equipe local. Como meta, pretende-se visitar 6 Projetos de Trabalho a cada ano, priorizando as situações indicadas pela Assembléia Geral e reservando às novas Equipes uma atenção especial.

Concomitante às visitas de acompanhamento, a Coordenação atende as Equipes na sede em Cuiabá, para aprofundar as questões e tarefas em conjunto. Ao lado disto, a análise crítica dos relatórios das Equipes permite à Coordenação identificar as dificuldades e contribuir com sugestões concretas para dinamizar a ação dos Projetos.

3. Finanças e administração

A captação de recursos financeiros junto às agências de cooperação internacionais tem, cada vez mais, exigido a elaboração de programas e orçamentos melhor fundamentados, bem como a implementação de diretrizes de aplicação, controle e prestação de contas bem definidas.

O Setor Financeiro da OPAN, a cargo do coordenador financeiro, encarrega-se de planejar, assessorar e orientar a elaboração dos projetos e programas para obtenção das verbas necessárias, acompanhando ainda, junto com o Conselho Fiscal, sua aplicação e prestação de contas. Entre suas tarefas, cabe ao coordenador financeiro supervisionar e manter em dia a contabilidade, contando com os serviços de um contador profissional, bem como efetuar pagamentos e aplicações e programar e repassar os recursos para os Projetos de Trabalho.

No cumprimento destas atribuições estamos desenvolvendo uma política de diversificar as fontes de financiamento da OPAN, abrindo novas possibilidades para captação dos recursos necessários aos trabalhos previstos. Para isso, além da divulgação dos objetivos e programas junto às agências de cooperação, de modo a subsidiar os doadores acerca da importância do seu apoio e colaboração, estamos procurando sensibilizar uma rede de pessoas na Europa e América do Norte, que possam respaldar os esforços da OPAN junto aos potenciais doadores. A divulgação dos trabalhos da OPAN, através de informações precisas e detalhadas, busca ainda criar uma "solidariedade em duas vias", para que os doadores se comprometam também com os resultados dos trabalhos que apoiam.

Diante das atuais dificuldades na captação de recursos, estamos procurando complementar os orçamentos dos Projetos de Trabalho, desdobrando e detalhando para isso alguns programas específicos e melhor direcionados, em particular os recursos para equipamentos e infraestrutura. Destacando programas menores, procuramos favorecer e viabilizar a solidariedade de amigos e pequenas agências, que assim encontram uma forma de colaboração.

Por outro lado, estamos procurando agregar recursos, de várias naturezas, que estão disponíveis em órgãos públicos e outras instituições, o que permite economizar as verbas alocadas para os Projetos de Trabalho.

O acompanhamento da aplicação dos recursos e a respectiva prestação de contas tem possibilitado, da mesma maneira, uma maior economia de recursos. Para isso, adotou-

se uma planilha unificada para todos os Projetos, que permite à Coordenação Financeira e ao Conselho Fiscal uma informação mensal sobre a alocação e a disponibilidade dos recursos pelas Equipes.

Em resumo, as metas financeiras para os próximos três anos são:

- viabilizar o financiamento de 12 Projetos de Trabalho e os programas de formação, acompanhamento e outros a cargo da Coordenação Nacional;
- implementar uma política de divulgação e informação para diversificar as fontes de financiamento da OPAN;
- estimular medidas para agregar recursos disponíveis em órgãos públicos e outras instituições;
- estudar as possibilidades de financiamentos através de agências oficiais, como o Fundo Nacional de Meio Ambiente e o Programa Piloto para Florestas Tropicais;
- acompanhar, unificar e avaliar continuamente os orçamentos e prestações de conta da Coordenação Nacional e das Equipes locais.

4. Documentação e comunicação

O acesso e a sistematização de informação, no âmbito da OPAN, tem propiciado subsídios fundamentais tanto para o processo de formação dos seus quadros, como para a análise e a elaboração de propostas para os Projetos de Trabalho. Ao lado disto, o Arquivo de Documentos Avulsos e a Biblioteca existentes na sede em Cuiabá tem servido de fonte importante de pesquisa para estudantes, antropólogos, missionários, indigenistas e índios.

Organizado nos últimos anos, o Arquivo de Documentos Avulsos, guarda os documentos administrativos e também os dados sobre os povos indígenas. No momento, estão sendo adicionados ao Arquivo os recortes de jornais que datam da década de 60 aos dias de hoje. A Biblioteca foi, igualmente, reorganizada e cadastrada recentemente.

O próximo passo será a informatização do Setor de Documentação, possibilitando a recuperação mais ágil e a divulgação de informações. Numa primeira fase, a informatização demandará um maior volume de serviços, necessitando a contratação de um profissional qualificado, tanto para a implementação do sistema como para orientar o seu uso.

O Arquivo Fotográfico já tem um plano formulado. Para sua implementação, no entanto, ainda será necessário dotar a sede de espaço e móveis adequados à guarda, conservação e uso do mesmo.

A necessidade de ampliar os contatos com outras entidades indigenistas e com as agências de cooperação, bem como de incrementar as informações sobre os trabalhos da OPAN, serão canalizadas através da criação de um Setor de Comunicação e a contratação de um colaborador qualificado. Entre outras tarefas, a este Setor caberá:

- produzir material informativo sobre a OPAN;
- organizar as publicações e sua distribuição;
- estimular a comunicação entre as Equipes locais e repassar informações de interesse;
- elaborar e enviar regularmente relatórios aos ex-membros, divulgadores e colaboradores, alimentando a rede de apoio e solidariedade aos trabalhos da OPAN;
- assessorar a elaboração de notícias, denúncias e outras informações a serem veiculadas nos meios de comunicação.

5. Secretaria

Os serviços prestados pela Secretaria, apoiando a Coordenação, o Curso de Formação e as Equipes locais, em grande parte já funcionam regularmente e a contento. Incluem a recepção, atendimento telefônico, datilografia, fotocópias, correspondência e o arquivamento rotineiro.

A manutenção da sede demanda ainda serviços de limpeza, vigilância e conservação, já que a sede se constitui de um escritório, uma casa para estagiários e uma casa para hospedagem.

A secretaria e a manutenção da sede são executados por uma secretária e um auxiliar de serviços gerais, contratados como funcionários por meio turno e turno integral, respectivamente.

6. Política indigenista e ambiental

A Coordenação Nacional tem, entre outras funções, a de representar a OPAN em vários fóruns de discussão e articulação acerca da questão indígena e das lutas ecológicas. Particularmente na região Centro-Oeste, a Coordenação tem participado ativamente das políticas indigenista e ambiental, posicionando-se e atuando em vários casos específicos.

O envolvimento da Coordenação nestas questões tem propiciado a incorporação de novos conteúdos à ação da entidade, bem como uma definição de diretrizes mais claras e a divulgação dos trabalhos que desenvolve.

Para os próximos anos, a Coordenação precisará sistematizar sua intervenção nestas questões, de maneira a torná-la mais eficaz e abrangente. Neste sentido, pretendemos priorizar:

- articulação do Fórum Matogrossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que já congrega 36 entidades entre sindicatos, movimentos populares, entidades ambientalistas e indigenistas e organismos de estudos e pesquisas, cujo objetivo é disseminar informações, promover a discussão, reflexão e posicionamentos e buscar alternativas para as questões ambientais e de desenvolvimento;
- representação junto ao CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente, que tem permitido pressionar o Governo Estadual a resolver casos de invasão e -degradação

- ambiental de áreas indígenas em Mato Grosso;
- acompanhamento das discussões e votação, na Assembléia Legislativa, do Código Ambiental de Mato Grosso;
- atenção e avaliação crítica do componente indígena do PRODEAGRO - Programa de Desenvolvimento Agroambiental, que será implementado pelo Governo de Mato Grosso, através de empréstimo do Banco Mundial;
- acompanhamento das discussões sobre Estatuto do Índio no Congresso Nacional;
- posicionamento sobre a revisão da Constituição Federal, que acontecerá em 1993, para manutenção dos direitos já conquistados pelos Povos Indígenas;
- acompanhamento à votação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no que tange à educação indígena;
- contatos, iniciativas e participação em encontros e reuniões, visando congregar e unificar esforços das várias entidades indigenistas e organizações indígenas em prol dos povos indígenas;
- promoção de um Seminário sobre Economia Indígena, em julho de 1993.

7. Reforma da sede e equipamentos

A ampliação da sede e aquisição de equipamentos visam dotar a OPAN, em especial sua Coordenação, de uma infraestrutura mais adequada, de maneira a oferecer melhores condições para a formação de novos quadros e para a prestação de serviços aos Projetos. A sede ampliada abrigará o Setor de Documentação e uma sala-de-aulas e reuniões. Os equipamentos destinam-se a aparelhar a sede e informatizar o Setor de Documentação. A informatização do Setor de Documentação possibilitará a recuperação ágil de informações e o intercâmbio com outros centros afins, atendendo os cursos de formação e a formação permanente dos demais membros, bem como um público da região Centro-Oeste, entre indigenistas, pesquisadores, estudantes e os próprios índios.

A sede atual dispõe de escritório (60 m²), casa de estagiários (140 m²) e casa de hospedagem (42 m²). Pretendemos ampliar o espaço destinado ao escritório, construindo um anexo de dois pavimentos, com um total de 72 m² de área a ser edificada. O pavimento térreo será destinado ao Setor de Documentação, com uma sala maior (Biblioteca e Arquivo de Documentos Avulsos) e duas salas menores (Arquivo Fotográfico e processamento de dados). O pavimento superior será uma sala de 36 m², a ser utilizado principalmente como sala-de-aula para os estagiários. Este mesmo espaço poderá ser usado para reuniões e encontros, tais como avaliações dos trabalhos das Equipes, reciclagens dos membros e outras reuniões com entidades de Cuiabá, com as quais a Coordenação está articulada.

Os equipamentos necessários para melhorar e aumentar os serviços prestados na sede e para a informatização do Setor de Documentação, são os seguintes:

- micro-computador, impressora e programas aplicativos;

- máquina de escrever, mesas, cadeiras e escrivaninha;
- arquivos, armários e estantes de aço;
- uma linha telefônica e um aparelho de telefax;
- uma fotocopadora.

8. Assembléia Geral

A realização da Assembléia Geral, anual, tem permitido um esforço de avaliação e planejamento em conjunto por todos os membros da OPAN.

A Assembléia Geral é a instância máxima de deliberação, que reúne todos os membros da OPAN, quando são apreciados os relatórios de atividades e prestação de contas das Equipes locais e da Coordenação Nacional e traçadas as diretrizes gerais para a entidade.

Além destas atribuições, cabe à Assembléia Geral decidir a abertura de novos Projetos de Trabalho e designar os membros que irão compor as Equipes locais, bem como a cada dois anos eleger a Coordenação Nacional e o Conselho Fiscal.

Nos últimos anos a Assembléia tem sido realizada em Cuiabá, apoiando-se na infraestrutura da sede da OPAN. Além de um assessor para subsidiar os trabalhos, são convidados representantes de entidades indigenistas, de organizações indígenas e de equipes com as quais a OPAN desenvolve trabalhos em conjunto.

VI. PROJETOS DE TRABALHO

Nos próximos três anos, a OPAN pretende desenvolver 12 Projetos de Trabalho, dos quais quatro serão novos e outros dois, que no momento se encontram sem recursos, serão retomados. Portanto, a meta no prazo de três anos é dobrar o número de Projetos a serem desenvolvidos.

Os Projetos de Trabalho constituem-se no conjunto de ações desenvolvidas em âmbito local, nos campos de organização, educação, saúde, economia e defesa dos direitos. Tem como objetivo prestar serviços diretos, apoiando a mobilização, organização e autonomia dos povos indígenas; contribuir com informações e com análise crítica sobre os processos sociais, econômicos e políticos da sociedade brasileira; motivar e sensibilizar a sociedade regional para o respeito à cultura e organização social, o reconhecimento das terras indígenas e a necessidade de preservação ambiental.

Estratégicamente a OPAN priorizará os Projetos de Trabalho localizados na "calha sul" do Solimões e Amazonas, nos rios Jutai, Juruá, Purus, Madeira, Aripuanã e Juruena, buscando se antecipar ao avanço das frentes de expansão da sociedade nacional e seu definitivo estabelecimento sobre os territórios indígenas. Os programas ali desenvolvidos visam especialmente a organização das comunidades, a garantia e defesa dos territórios, os programas de saúde e educação e a implementação de alternativas econômicas que possam responder às transformações verificadas nestas regiões, diante do colapso do extrativismo e da premência de buscar novas formas de produção e comércio.

Para alcançar os objetivos dos Projetos de Trabalho, as Equipes locais procuram articular redes de apoio local que possam agregar pessoas, esforços e recursos aos programas propostos. Abaixo elencamos os Projetos de Trabalho que serão desenvolvidos pela OPAN.

1. Projeto Kulina

Com mais de três mil pessoas, as comunidades Kulina localizam-se principalmente nos vales dos rios Juruá e Purus - nos Estados do Acre e Amazonas. Os atuais problemas enfrentados resultam do colapso do mercado da borracha e a redução do número de espécies cultivadas nas roças. Enfrentam também problemas de saúde e com a regularização das suas terras. O Projeto, que concentra suas atividades no município de Eirunepé-AM, visa estimular a organização interna dos Kulina e sua articulação com outros povos da região. São também objetivos do Projeto: melhorar as condições de vida através do incentivo às práticas agrícolas e pesquisa de alternativas econômicas; atenção à saúde, através da "educação em saúde"; formação dos professores; e apoio à auto-demarcação de suas terras. A população abrangida pelo Projeto é cerca de mil pessoas, que

vivem em sua maioria na área indígena Kulina do Médio Juruá. A Equipe está composta atualmente por duas pessoas, prevendo-se a incorporação de mais um ou dois componentes, dada a demanda de tarefas. O Projeto da OPAN planeja seus trabalhos em conjunto com uma equipe da IECLB e a Uni-Acre. Será adquirido um barco e motor, para complementar a infraestrutura necessária.

2. Projeto Canamari

O povo Canamari, localizado nos vales dos rios Juruá e Jutai, no Estado do Amazonas, além do colapso do extrativismo da borracha, enfrenta pressões da sociedade regional. Sua economia de subsistência ainda está equilibrada, mas surgem dificuldades crescentes para satisfazer necessidades que dependem do mercado. Suas terras não estão asseguradas e regularizadas. A população total soma 1500 pessoas. O Projeto busca, pedagogicamente, construir junto com os Canamari alternativas para as questões de economia, de saúde e de educação, e pretende apoiar a regularização fundiária. Com uma equipe de três pessoas, as atividades do Projeto, interrompidas desde 1990, serão retomadas em 1993. Tendo também por base a cidade de Eirunepé-AM, o Projeto contará com o apoio das Equipes dos Projetos Kulina e Katukina e da Uni-Acre. Quanto à infraestrutura, será necessário apenas a aquisição de um barco e motor.

3. Projeto Katukina

Iniciado em 1987, este Projeto atende o povo Katukina, no rio Biá, mun. de Foz do Jutai-AM, cuja população soma 226 pessoas. Busca a organização e a melhoria das condições de vida, através de programas de educação e saúde, integrados aos sistemas de atitudes e às formas culturais desta sociedade. Pretende apoiar a defesa de suas terras e sua definitiva demarcação, bem como discutir alternativas econômicas. Na saúde propõe o atendimento preventivo, o levantamento de dados e a elaboração de material para discussão com as comunidades. Na educação, levantar e sistematizar dados sobre a língua e produzir material didático e formar monitores. Os problemas identificados são a dependência dos "regatões" que pagam preços baixos pelos seus produtos, e problemas graves de saúde (malária, verminoses, anemias, infecções, etc.) com índices elevados de mortalidade. A atual Equipe está formada por três pessoas, num trabalho em conjunto com a Prelazia de Tefé, e necessita de um novo barco e de um microscópio para análises clínicas.

4. Projetos Zuruaha

Teve início em 1980, atendendo o povo Zuruaha, localizado no município de Tapauá, com um total de 128 pessoas e uma área demarcada de 233.900 hectares. A Equipe conjunta OPAN e CIMI é formada com 4 pessoas e desenvolve um programa preventivo de saúde, com esquemas para surtos epidêmicos; apóia a defesa e fiscalização das terras; leva

informações sobre a sociedade nacional e sobre outros grupos indígenas; levanta dados linguísticos e etnográficos, em especial para compreender o fenômeno do suicídio. Os problemas imediatos são a frente extrativista (sorveiros e madeireiros), a elevada taxa de suicídios e as epidemias de gripes e de malária. Para maior desenvoltura em seu trabalho, a Equipe precisa de um novo barco com motor de centro.

5. Projeto Tapauá

Este Projeto pretende mobilizar e apoiar a organização dos povos Paumari, Banawa-Yafi e Deni, cuja população é de aproximadamente 550 pessoas, localizados na bacia do rio Tapauá. As áreas delimitadas pela Funai são insuficientes e são constantes as invasões de peixeiros, extratores de pau-rosa e sorveiros. Este Projeto iniciará suas atividades em 1993 e contará com o apoio do CIMI-Norte I e da Prelazia de Lábrea. Está prevista uma Equipe de três pessoas, que também prestará apoio para a Equipe Zuruaha. A situação de saúde é precária, tendo a malária, hepatite e o sarampo provocado dezenas de óbitos no último ano. A infraestrutura necessária é um barco com motor de centro e uma canoa com motor rabeta.

6. Projeto Pauini

O povo Apurinã localiza-se na bacia do rio Purus, ao sul do Estado do Amazonas. Sua população aproximada é de 2500 pessoas. O Projeto pretende atender cerca de 1.300, localizadas em seis áreas nas proximidades da cidade de Pauini. Os principais problemas deste povo relacionam-se ao colapso da economia extrativista, com a qual está muito envolvido, e ao fluxo migratório e especulação imobiliária que atingem a região. O Projeto visa contribuir para maior autonomia e melhoria das condições de vida do povo Apurinã, defendendo a demarcação de suas terras, apoiando sua organização e capacitação para enfrentar os problemas, principalmente as dificuldades econômicas. O Projeto, que interrompeu suas atividades em 1989, será retomado a partir de 1993, com uma equipe de três pessoas. O trabalho será articulado com a Uni-Acre e com a Prelazia de Lábrea. Um barco com motor de centro e uma canoa com motor rabeta são equipamentos necessários para as atividades da Equipe.

7. Projeto Kawahib

Atuando nos afluentes do rio Madeira, município de Humaitá-AM, este Projeto teve início em 1987. Foi redimensionado em 1991, voltando-se agora aos grupos Tenharim e Parintintin, da família Tupi-Kawahib, localizados em três áreas ao longo da Transamazônica, com uma população aproximada de 500 pessoas. Os problemas ali identificados são as questões de saúde, a produção insuficiente para o consumo e a grande dependência em relação às agências da sociedade envolvente. O Projeto visa desenvolver, junto com as comunidades, programas nos campos da saúde e educação; levantar alternativas econômicas e estimular a ampliação da

produção para o consumo. Quanto à situação das terras, buscará a sua defesa e demarcação definitiva, sendo que na área Tenharim do Igarapé Preto será necessário um novo estudo para ampliação daquela área. A equipe será composta por duas pessoas, necessitando de um veículo para deslocar-se pela rodovia.

8. Projeto Enawene-Nawe

O povo Enawene-Nawe está localizado a noroeste do Estado de Mato Grosso, no alto rio Juruena, tendo sido contatado em 1974. Esta é uma sociedade de 210 pessoas que vive plenamente sua cultura, mantendo equilibrada sua economia de subsistência. Como problemas vividos por esta sociedade podemos destacar: as terras ainda não regularizadas; não têm produção de excedentes para uma eventual comercialização. São objetivos do Projeto propiciar alternativas que sejam adequadas à cultura indígena e tenham viabilidade econômica de mercado; apoiar a iniciativa dos índios de demarcar sua terra; prevenção de surtos epidêmicos; informação crítica que permita maior autonomia do povo Enawene no relacionamento com a sociedade envolvente. A Equipe está formada por três pessoas dispondo de infraestrutura suficiente para o trabalho.

9. Projeto Aripuanã

Este Projeto tem por objetivo a defesa do meio ambiente e a busca de alternativas econômicas para os povos Zoró, Cinta Larga e Arara, todos habitantes da bacia do rio Aripuanã, na região noroeste do Estado de Mato Grosso. Esta população indígena soma cerca de 1300 pessoas. Neste sentido, é prioritário para este Projeto organizar a articulação destes povos entre si, analisando criticamente a exploração mineral (garimpos de ouro) e madeireira nas áreas indígenas por terceiros, que se dá por iniciativa de algumas lideranças destes povos. O Projeto pretende apoiar também os povos Arara e Rikbaktsa na regularização e ocupação efetiva da área Arara e da área Escondido. O Projeto levantará informações precisas e tomará medidas para a proteção e defesa dos povos ainda isolados da região: Tupi Kawahib (rio Madeirinha), Andarop ("Baixinhos") e os isolados do Muriru/Pacutinga. Este Projeto terá início em 1974, sendo necessário uma equipe de três pessoas capacitadas para os desafios colocados. Serão parceiros neste trabalho: Regionais do CIMI de Rondônia e Mato Grosso, Missão Anchieta e IECLB (Projeto Cinta Larga). Infraestrutura necessária: reforma de uma casa e um veículo.

10. Projeto Educação em Mato Grosso

Este Projeto visa a formação e capacitação de professores indígenas em cinco escolas Nambikwara e Paresi, na região do rio Papagaio. A partir daí, buscará apoiar a organização dos professores indígenas no Estado de Mato Grosso. A população total destes povos é de 2000 pessoas, porém, inicialmente o Projeto favorecerá 500 índios. Ali, as

escolas, seguindo currículos e calendários alheios ao mundo indígena, apresentam resultados desanimadores, com repetência, evasão e desestímulo por parte dos alunos. O Projeto buscará a capacitação dos professores e a construção de um programa de educação sob controle dos professores indígenas e das respectivas comunidades. A OPAN, com mais de 20 anos de atuação em Mato Grosso e bom relacionamento com os povos em questão, oferecerá dois técnicos para executar este Projeto que terá início em 1993.

11. Projeto Roraima

Este Projeto visa fortalecer e consolidar importantes organizações indígenas de Roraima, área de influência do Projeto Calha Norte, para garantir uma melhor estruturação destas organizações a partir do Conselho Indígena de Roraima, o qual representa os interesses de aproximadamente 25.000 indígenas do Estado, através da articulação, já existente, entre os povos Makuxi, Wapixana, Ingaricó e Taurepang. Este Projeto tem perspectiva também de levantar e propor medidas de proteção aos povos ainda isolados no sul de Roraima. Conta para tal com o apoio do MAREWA - Movimento de Resistência Waimiri-Atroari. Os desafios colocados para os povos indígenas daquela região são a reconquista de grande parte das terras atualmente nas mãos de latifundiários, notadamente a área indígena Raposa Serra do Sol, e a busca de soluções para equilibrar sua economia, abalada principalmente pela pressão de fazendeiros e das epidemias trazidas por garimpeiros oriundos da área Yanomami. O Projeto será desenvolvido, a partir de 1993, por uma Equipe de duas pessoas.

12. Projeto Amambai

O programa de educação indígena desenvolvido desde 1989, em convênio com a Prefeitura Municipal de Amambai, para implantação da Escola Guarani, visa formar e acompanhar professores indígenas (1a. a 4a. série do 1o. Grau), construir currículos e calendários apropriados, em todas as escolas municipais situadas nas áreas indígenas. A população Guarani de Amambai soma 7 mil indivíduos. Desapropriados de suas terras e dos recursos naturais, os Guarani sobrevivem como bóia-frias na região, mas tentam de todas as formas preservar sua forma de ser guarani, mantendo tradições e sua língua e lutando para ampliar seu território. A Equipe formada por quatro pessoas, sendo três da OPAN, necessita de um veículo, para estender o trabalho a grupos de outros municípios.

VII. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA TRIENAL

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação estão incorporados na metodologia de trabalho, fazendo parte da rotina das atividades das Equipes locais e da Coordenação Nacional. Ao lado das instâncias de avaliação já referidas anteriormente, programamos um seminário interno da Coordenação Nacional, para refletir sobre suas práticas e dinâmica de funcionamento. Em resumo, as instâncias de acompanhamento e avaliação são:

1. Assembléia Geral

Na Assembléia anual são apresentados e discutidos os relatórios de atividade e prestação de contas das Equipes locais e da Coordenação Nacional e traçadas as diretrizes para a OPAN.

2. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem a tarefa específica de fiscalização e controle financeiro. Além de apreciar a contabilidade e a previsão orçamentária por ocasião da Assembléia Geral, o Conselho Fiscal vem acompanhando a aplicação dos recursos através de planilhas de prestação de contas encaminhadas mensalmente pelas Equipes locais e trimestralmente pela Coordenação Nacional.

3. Comissões temáticas

A formação de Comissões temáticas, reunindo membros de diversas Equipes locais para avaliar e traçar diretrizes sobre temas específicos (terra, economia, educação e saúde), tem a finalidade de detalhar e orientar as linhas de ação da OPAN para sua aplicação nos Projetos de Trabalho.

4. Reuniões temáticas

A realização de reuniões sobre temas específicos (terra, economia, educação e saúde), nos dias subsequentes à Assembléia Geral, favorece a disseminação de informações e a elaboração de novos conteúdos para a atuação das Equipes locais.

5. Assessorias

A contratação de assessores especializados, provenientes de outras entidades indigenistas ou de organismos de ensino e pesquisa, tem propiciado a avaliação pormenorizada dos objetivos, metodologia e atividades das Equipes locais e da Coordenação Nacional.

6. Visitas de acompanhamento

O programa de acompanhamento aos Projetos de Trabalho, através da visita e permanência em área de coordenadores, colaboradores ou outros membros da OPAN, objetiva apoiar e assessorar as Equipes locais e auxiliar na avaliação e planejamento dos trabalhos.

7. Relatórios anuais de atividades e prestação de contas

A elaboração de relatórios anuais de atividades e prestação de contas pelas Equipes locais e pela Coordenação Nacional, onde são analisados os trabalhos realizados, as dificuldades que surgiram e as perspectivas para sua continuidade, objetiva a discussão do andamento dos programas pelas várias instâncias da OPAN, bem como a divulgação de seus resultados entre as entidades indigenistas, as organizações indígenas, a rede de colaboradores e assessores e as agências de cooperação.

8. Seminário interno da Coordenação Nacional

As funções atribuídas à Coordenação Nacional têm demandado, cada vez mais a prestação de serviços melhor qualificados e em maior número, bem como uma maior capacidade de avaliação e planejamento. A realização de um Seminário sobre o papel da Coordenação, possibilitará analisar medidas para sua reorganização.

O Seminário, com a duração de três dias, está previsto para meados de 1974, para o qual serão convidados assessores (metodologia), representantes das Equipes e de entidades indigenistas e organizações indígenas.

VIII. PREVISÃO ORÇAMENTARIA 1993-1995

A previsão orçamentária aqui consolidada, englobando os custos da Coordenação Nacional e dos Projetos de Trabalho, estabelece as metas financeiras para o triênio, a partir das quais a OPAN desenvolverá sua política de captação de recursos.

Dentro da estratégia definida de priorizar a atuação junto às comunidades indígenas do Sul da Amazônia, pretendemos ampliar o número de Projetos de Trabalho ali localizados e, para isso, será necessário aumentar os quadros da OPAN e reforçar sua capacidade operacional.

Os custos previstos para os programas da Coordenação Nacional dirigem-se, principalmente, para manutenção de pessoal, Curso de Formação, viagens de acompanhamento aos Projetos e reforma e equipamentos para a sede.

Nos orçamentos dos Projetos de Trabalho, os maiores custos são: pessoal, incluindo assessorias; transportes; investimentos nos programas específicos (economia, educação, saúde); e, em alguns casos, a aquisição de infraestrutura.

Os valores abaixo vêm expressos em Us\$ (dólares norte-americanos), já que a atual inflação brasileira dificulta a fixação de valores em moeda nacional.

Na consolidação do Orçamento global procuramos destacar as verbas já disponíveis, solicitadas ou a solicitar, indicando desta maneira as reais necessidades financeiras e as possibilidades de cooperação.

1. Coordenação Nacional

	1993	1994	1995	Totais
Pessoal				
- Ajuda custo 3 coordenadores	12.000,	12.000,	12.000,	36.000,
- Ajuda custo 2 colaboradores (formação e comunicação)	8.000,	8.000,	8.000,	24.000,
- Salário 2 funcionários (secretária e aux.serviços)	4.800,	4.800,	4.800,	14.400,
- Encargos sociais (20%)	4.960,	4.960,	4.960,	14.880,
Secretaria				
- Material de expediente	800,	800,	800,	2.400,
- Telefone, correio	2.500,	2.500,	2.500,	7.500,
- Energia, água, impostos	900,	900,	900,	2.700,
- Manutenção equipamentos	500,	500,	500,	1.500,
Setor de Formação				
- Divulgação, mat. didático	400,	400,	400,	1.200,
- Encontro candidatos, visitas	500,	500,	500,	1.500,
- Ajuda custo 10 estagiários	10.000,	10.000,	10.000,	30.000,
- Assessorias Curso e Oficinas	2.600,	2.600,	2.600,	7.800,
- Viagens estágio prático	2.800,	2.800,	2.800,	8.400,
- Curso Formação Permanente	2.000,	2.000,	2.000,	6.000,
- Reuniões temáticas	400,	400,	400,	1.200,
Setor Financeiro				
- Serviços contabilidade	1.800,	1.800,	1.800,	5.400,
- Produção de relatórios	150,	150,	150,	450,
Documentação e comunicação				
- Serviços de informática	2.500,	---	---	2.500,
- Publicações	2.000,	2.000,	2.000,	6.000,
- Aquisição periódicos, livros	500,	500,	500,	1.500,
- Material pesq. documentação	500,	500,	500,	1.500,
Transportes				
- Viagens acompanh. Projetos	2.700,	2.700,	2.700,	8.100,
- Particip. reuniões, encontros	1.400,	1.400,	1.400,	4.200,
- Assessorias à Coordenação	800,	800,	800,	2.400,
- Manutenção 2 veículos	3.000,	3.000,	3.000,	9.000,
Assembléia Geral				
- Hospedagem (7 dias)	560,	560,	560,	1.680,
- Alimentação (40 pessoas)	1.100,	1.100,	1.100,	3.300,
- Assessoria	500,	500,	500,	1.500,

Custos diversos

- Suplementação atendimento saúde voluntários	600,	600,	600,	1.800,
- Estudo novos Projetos	1.500,	1.500,	1.500,	4.500,
- Seminário interno Coordenação	---	2.000,	---	2.000,
- Seminário Economia Indígena	3.000,	---	---	3.000,

Reforma da Sede e Equipamentos

- Construção de um anexo				
. material de construção	8.000,	---	---	8.000,
. mão-de-obra	2.500,	---	---	2.500,
. projeto e taxas	500,	---	---	500,
- Compra de equipamentos				
. micro, impressora e progr.	3.500,	---	---	3.500,
. maq. escrever, mesas, cadei- ras e escrivaninha	850,	---	---	850,
. arquivos, armários, estantes	800,	---	---	800,
. fotocopadora	---	7.400,	---	7.400,
. telefax	1.500,	---	---	1.500,
. linha telefônica	1.200,	---	---	1.200,

Totais	94.620,	79.670,	70.270,	244.560,
--------	---------	---------	---------	----------

2. Projetos de Trabalho

	1993	1994	1995	Totais
Projeto Kulina				
- Pessoal	12.730,	12.730,	12.730,	38.190,
- Secretaria, comunicação	1.500,	2.000,	2.000,	5.500,
- Transportes	5.710,	5.710,	5.710,	17.130,
- Apoio à organização	3.830,	3.830,	3.830,	11.490,
- Terra	---	---	---	---
- Economia	5.150,	5.150,	2.150,	12.450,
- Educação	1.085,	1.085,	1.085,	3.255,
- Saúde	4.750,	3.000,	3.000,	10.750,
- Infraestrutura	3.000,	---	---	3.000,
Totais	37.755,	33.505,	30.505,	101.765,
Projeto Canamari				
- Pessoal	14.794,	14.794,	14.794,	44.382,
- Secretaria, comunicação	1.395,	1.395,	1.395,	4.185,
- Transportes	3.995,	3.995,	3.995,	11.985,
- Apoio à organização	2.316,	2.316,	2.316,	6.948,
- Terra	1.000,	1.000,	1.000,	3.000,
- Economia	1.500,	1.500,	1.500,	4.500,
- Educação	1.000,	1.000,	1.000,	3.000,
- Saúde	780,	780,	780,	2.340,
- Infraestrutura	3.000,	---	---	3.000,
Totais	29.780,	26.780,	26.780,	83.340,
Projeto Katukina				
- Pessoal	9.820,	12.730,	12.730,	35.280,
- Secretaria, comunicação	650,	900,	900,	2.450,
- Transportes	6.500,	6.500,	6.500,	19.500,
- Apoio à organização	---	800,	800,	1.600,
- Terra	---	1.100,	1.100,	2.200,
- Economia	---	1.300,	1.300,	2.600,
- Educação	572,	1.200,	1.200,	2.972,
- Saúde	953,	1.500,	1.500,	3.953,
- Infraestrutura	13.504,	---	---	13.504,
Totais	31.999,	26.030,	26.030,	84.059,

	1993	1994	1995	Totais
Projeto Zuruaha				
- Pessoal	14.596,	14.596,	14.596,	43.788,
- Secretaria, comunicação	485,	485,	485,	1.455,
- Transportes	6.425,	6.425,	6.425,	19.275,
- Apoio à organização	---	---	---	---
- Terra	---	---	---	---
- Economia	438,	1.200,	1.200,	2.838,
- Educação	---	---	---	---
- Saúde	877,	877,	877,	2.631,
- Infraestrutura	8.275,	---	---	8.275,
Totais	31.096,	23.583,	23.583,	78.262,

Projeto Tapauá				
- Pessoal	12.730,	12.730,	12.730,	38.190,
- Secretaria, comunicação	1.400,	1.400,	1.400,	4.200,
- Transportes	4.000,	4.000,	4.000,	12.000,
- Apoio à organização	2.000,	2.000,	2.000,	6.000,
- Terra	1.200,	1.200,	1.200,	3.600,
- Economia	1.500,	1.500,	1.500,	4.500,
- Educação	---	1.200,	1.200,	2.400,
- Saúde	1.500,	1.000,	1.000,	3.500,
- Infraestrutura	9.000,	---	---	9.000,
Totais	33.330,	25.030,	25.030,	83.390,

Projeto Pauini				
- Pessoal	11.800,	17.700,	17.700,	47.200,
- Secretaria, comunicação	1.100,	1.100,	1.100,	3.300,
- Transportes	5.900,	5.900,	5.800,	17.600,
- Apoio à organização	4.000,	4.000,	4.000,	12.000,
- Terra	---	---	---	---
- Economia	2.500,	2.000,	2.000,	6.500,
- Educação	---	---	---	---
- Saúde	---	---	---	---
- Infraestrutura	7.100,	---	---	7.100,
Totais	32.400,	30.700,	30.600,	93.700,

	1993	1994	1995	Totais
Projeto Kawahib				
- Pessoal	8.500,	8.500,	8.500,	25.500,
- Secretaria, comunicação	1.200,	1.200,	1.200,	3.600,
- Transportes	2.600,	2.600,	2.600,	7.800,
- Apoio à organização	2.000,	2.000,	2.000,	6.000,
- Terra	1.500,	1.500,	1.500,	4.500,
- Economia	2.500,	2.500,	2.500,	7.500,
- Educação	600,	600,	600,	1.800,
- Saúde	400,	400,	400,	1.200,
- Infraestrutura	8.000,	---	---	8.000,
Totais	27.300,	19.300,	19.300,	65.900,

Projeto Enawene-Nawe				
- Pessoal	17.035,	17.035,	17.035,	51.105,
- Secretaria, comunicação	840,	840,	840,	2.520,
- Transportes	7.562,	7.562,	7.562,	22.686,
- Apoio à organização	---	---	---	---
- Terra	6.500,	---	---	6.500,
- Economia	16.300,	16.300,	16.300,	48.900,
- Educação	280,	280,	280,	840,
- Saúde	4.200,	4.200,	4.200,	12.600,
- Infraestrutura	---	---	---	---
Totais	52.717,	46.217,	46.217,	145.151,

Projeto Aripuanã				
- Pessoal	---	12.730,	12.730,	25.460,
- Secretaria, comunicação	---	1.200,	1.200,	2.400,
- Transportes	---	3.000,	3.000,	6.000,
- Apoio à organização	---	2.000,	2.000,	4.000,
- Terra	---	---	---	---
- Economia	---	3.000,	5.000,	8.000,
- Educação	---	2.000,	2.000,	4.000,
- Saúde	---	---	---	---
- Infraestrutura	---	20.000,	---	20.000,
Totais	---	43.930,	25.930,	69.860,

	1993	1994	1995	Totais
Projeto Educação Indígena em Mato Grosso:				
- Pessoal	10.800,	10.800,	10.800,	32.400,
- Secretaria, comunicação	2.000,	2.000,	2.000,	6.000,
- Transportes	1.500,	1.500,	1.500,	4.500,
- Apoio à organização	---	---	---	---
- Terra	---	---	---	---
- Economia	---	---	---	---
- Educação	6.000,	6.000,	6.000,	18.000,
- Saúde	---	---	---	---
- Infraestrutura	---	---	---	---
Totais	20.300,	20.300,	20.300,	60.900,

Projeto Roraima				
- Pessoal	9.000,	9.000,	9.000,	27.000,
- Secretaria, comunicação	1.200,	1.200,	1.200,	3.600,
- Transportes	4.000,	4.000,	4.000,	12.000,
- Apoio à organização	5.500,	5.500,	5.500,	16.500,
- Terra	---	---	---	---
- Economia	---	---	---	---
- Educação	---	---	---	---
- Saúde	---	---	---	---
- Infraestrutura	4.000,	---	---	4.000,
Totais	23.700,	19.700,	19.700,	63.100,

Projeto Amambai				
- Pessoal	13.043,	13.043,	13.043,	39.129,
- Secretaria, comunicação	988,	988,	988,	2.964,
- Transportes	2.620,	3.100,	3.100,	8.820,
- Apoio à organização	---	---	---	---
- Terra	---	---	---	---
- Economia	---	---	---	---
- Educação	2.134,	2.134,	2.134,	6.402,
- Saúde	---	---	---	---
- Infraestrutura	7.135,	---	---	7.135,
Totais	25.920,	19.265,	19.265,	64.450,

3. Orçamento global da OPAN

Coordenação Nacional	1993	1994	1995	Totais
- Disponível	9.376, WEKEF 10.000, KMB	10.000, KMB	10.000, KMB	39.376,
- Solicitado	28.000, D. e Paz	28.000, D. e Paz	28.000, D. e Paz	84.000,
- A solicitar	47.244,	41.670,	32.270,	121.184,
Sub-totais	94.244,	79.670,	70.270,	244.560,

Projeto Kulina

- Disponível	---	---	---	---
- Solicitado	28.571, BMZ	---	---	28.571,
- A solicitar	9.184,	33.505,	30.505,	73.194,
Sub-totais	37.755,	33.505,	30.505,	101.765,

Projeto Canamari

- Disponível	---	---	---	---
- Solicitado	---	---	---	---
- A solicitar	29.780,	26.780,	26.780,	83.340,
Sub-totais	29.780,	26.780,	26.780,	83.340,

Projeto Katukina

- Disponível	19.199, CEBEMO/Prel.Tefé	---	---	19.199,
- Solicitado	9.800, Consul.Alemão	---	---	9.800,
- A solicitar	3.000,	26.030,	26.030,	55.060,
Sub-totais	31.999,	26.030,	26.030,	84.059,

Projeto Zuruaha	1993	1994	1995	Totais
- Disponível	22.821,	---	---	22.821,
- Solicitado	KJO/Prel.Labrea 8.275,	---	---	8.275,
- A solicitar	Des. e Paz ---	23.583,	23.583,	47.166,
Sub-totais	31.096,	23.583,	23.583,	78.262,

Projeto Tapauá

- Disponível	---	---	---	---
- Solicitado	---	---	---	---
- A solicitar	33.330,	25.030,	25.030,	83.390,
Sub-totais	33.330,	25.030,	25.030,	83.390,

Projeto Pauini

- Disponível	---	---	---	---
- Solicitado	32.400, NORAD	30.700, NORAD	30.600, NORAD	93.700,
- A solicitar	---	---	---	---
Sub-totais	32.400,	30.700,	30.600,	93.700,

Projeto Kawahib

- Disponível	---	---	---	---
- Solicitado	---	---	---	---
- A solicitar	27.300,	19.300,	19.300,	65.900,
Sub-totais	27.300,	19.300,	19.300,	65.900,

Projeto Enawene-Nawe	1993	1994	1995	Totais
- Disponível	29.917, MISEREOR	29.917, MISEREOR	29.917, MISEREOR	89.751,
- Solicitado	16.300, FNMA	16.300, FNMA	16.300, FNMA	48.900,
- A solicitar	6.500,	---	---	6.500,
Sub-totais	52.717,	46.217,	46.217,	145.151,

Projeto Aripuanã

- Disponível	---	---	---	---
- Solicitado	---	---	---	---
- A solicitar	---	43.930,	25.930,	69.860,
Sub-totais	---	43.930,	25.930,	69.860,

Projeto Educação Indígena em Mato Grosso

- Disponível	---	---	---	---
- Solicitado	20.300,	20.300,	---	40.600,
- A solicitar	---	---	20.300,	20.300,
Sub-totais	20.300,	20.300,	20.300,	60.900,

Projeto Roraima

- Disponível	---	---	---	---
- Solicitado	---	---	---	---
- A solicitar	23.700,	19.700,	19.700,	63.100,
Sub-totais	23.700,	19.700,	19.700,	63.100,

Projeto Amambai	1993	1994	1995	Totais
- Disponível	15.000,	---	---	15.000,
- Solicitado	KJO 7.135,	---	---	7.135,
- A solicitar	Miva Suíça 3.785,	19.265,	19.265,	42.315,
Sub-totais	25.920,	19.265,	19.265,	64.450,

```

*****
*                                     *
*               CONSOLIDAÇÃO DO ORÇAMENTO GLOBAL               *
*-----*
*                                     *
*                                     *
*               1993           1994           1995           Totais *
*-----*
* - Disponível total           106.313,       39.917,       39.917,       186.147, *
*-----*
* - Solicitado total           150.781,       95.300,       74.900,       320.981, *
*-----*
* - A solicitar total           183.823,       278.793,       268.693,       731.309, *
*-----*
* Totais                       440.917,       414.010,       383.510,       1238.437, *
*****

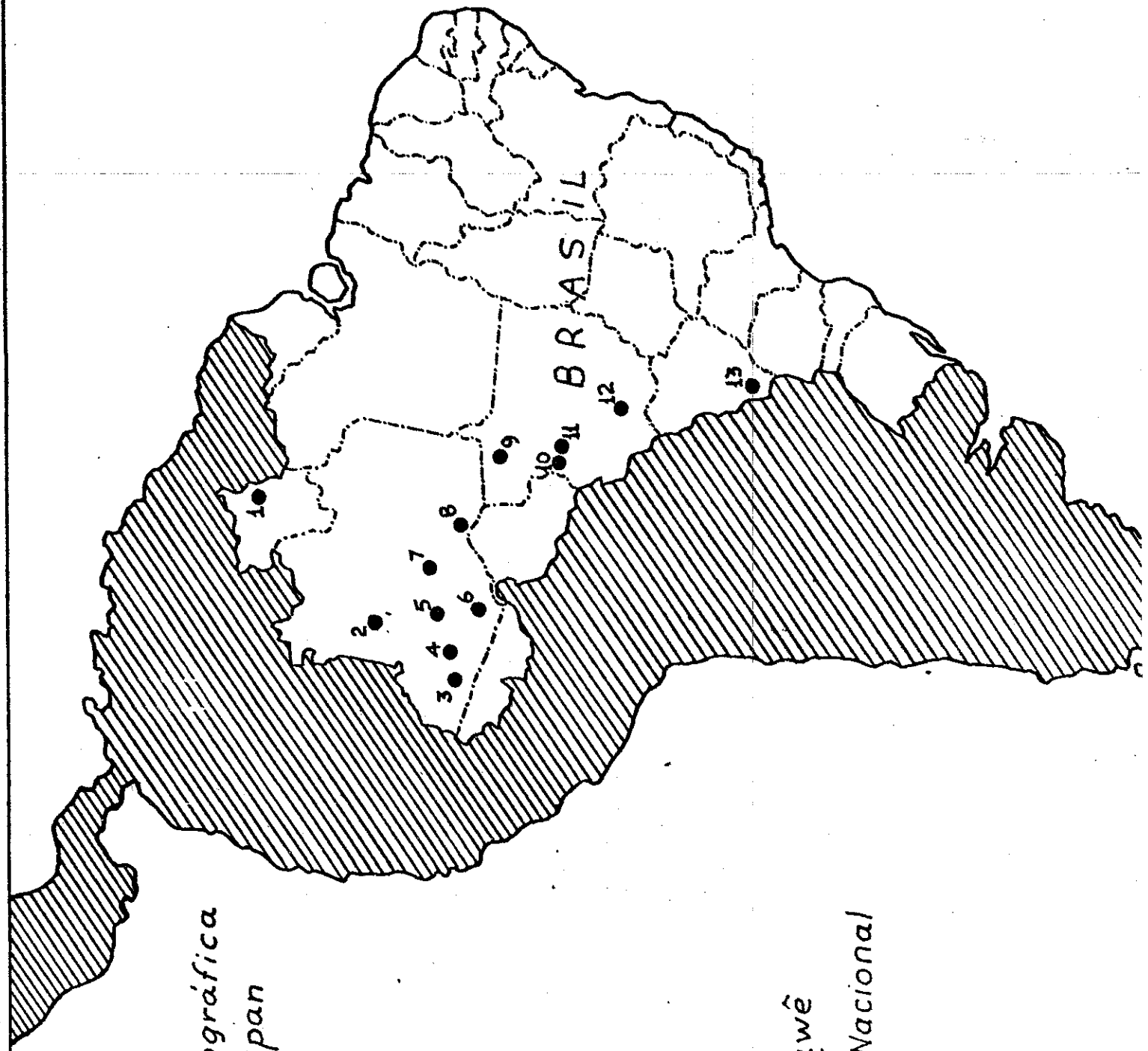
```

Cuiabá, 21 de agosto de 1992

João Dal Poz Neto
Coordenador Geral

Ivar L. V. Busatto
Coordenador Técnico

Ivo Schroeder
Coordenador Financeiro



*Localização Geográfica
dos Projetos da Opan*

Legenda

- 1 Roraima
- 2 Katukina
- 3 Kulina
- 4 Kanamari
- 5 zuruahã
- 6 Pauini
- 7 Tapauá
- 8 Kawahib
- 9 Aripuanã
- 10 Enawenê - Nawê
- 11 Educação MT
- 12 Coordenação Nacional
- 13 Amambai